

LUIZ RODRIGUES WAMBIER

EDUARDO TALAMINI

CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL

TEORIA GERAL
DO PROCESSO

1

18ª edição

Revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

SUMÁRIO

SOBRE O MÉTODO E CONTEÚDO DESTE CURSO	7
APRESENTAÇÃO DA 18. ^a EDIÇÃO	9
APRESENTAÇÃO DA 16. ^a EDIÇÃO	11

PARTE I NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO: UMA VISÃO PANORÂMICA DO DIREITO PROCESSUAL	33
1.1. Ser humano, sociedade, conflito e jurisdição	33
1.2. A evolução dos meios de solução de conflitos	34
1.3. Noções provisórias: ação, defesa, tutela jurisdicional, contraditório, procedimento e processo	35
CAPÍTULO 2. NORMA JURÍDICA PROCESSUAL	39
2.1. O direito processual no quadro geral do ordenamento jurídico	39
2.1.1. Normas de conduta (ou primárias) e normas estruturais (ou secundárias)	40
2.1.2. Direito material e direito processual	40
2.1.3. Direito privado e direito público	42
2.2. O grau de obrigatoriedade das normas processuais	44
2.2.1. Normas dispositivas e normas cogentes	44
2.2.2. Normas processuais cogentes e dispositivas	45
2.3. As posições subjetivas geradas pelas normas processuais	46
2.3.1. Classificação das posições jurídico-subjetivas	46
2.3.2. Ônus, deveres e estados de sujeição processuais	47
2.4. Relevância da identificação das normas processuais	49
2.4.1. Normas processuais civis: competência e espécies legislativas	49
2.4.2. Normas processuais civis e direito internacional	50
2.4.3. Normas processuais civis e direito intertemporal	50
2.5. Autonomia epistemológica do direito processual civil	52

2.6.	Constituição e Processo	53
2.6.1.	Supremacia e efetividade da Constituição	53
2.6.2.	A especialidade da relação entre direito constitucional e processual.	54
2.6.3.	Tutela constitucional do processo	54
2.6.4.	Jurisdição constitucional	55
CAPÍTULO 3. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS		67
3.1.	Noções preliminares	67
3.2.	Princípios informativos e princípios fundamentais	68
3.2.1.	Princípios informativos.....	68
3.2.1.1.	Princípio lógico	68
3.2.1.2.	Princípio jurídico	69
3.2.1.3.	Princípio político.....	69
3.2.1.4.	Princípio econômico.....	69
3.2.2.	Princípios fundamentais	69
3.2.3.	Ainda é útil a categoria dos princípios informativos?	70
3.3.	Princípios fundamentais constitucionais e infraconstitucionais.....	71
3.4.	Inafastabilidade e universalidade da tutela jurisdicional	72
3.5.	Efetividade do processo	73
3.6.	Devido processo legal	73
3.7.	Ampla defesa.....	74
3.8.	Contraditório	74
3.9.	Imparcialidade	75
3.10.	Juiz natural	75
3.11.	Motivação (fundamentação) das decisões	76
3.12.	Publicidade	76
3.13.	Razoável duração do processo	77
3.14.	Proibição de provas ilícitas	77
3.15.	Assistência jurídica integral e gratuita	78
3.16.	Duplo grau de jurisdição.....	78
3.17.	Princípio da inércia inicial da jurisdição.....	79
3.18.	Impulso oficial	80
3.19.	Cooperação	80
3.20.	Oralidade	81
3.21.	Liberdade em face da jurisdição (inclusive liberdade negocial).....	82
3.22.	Fungibilidade.....	83
3.23.	Lealdade processual.....	84
3.24.	Proporcionalidade.....	84
3.25.	Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos	85

PARTE II
JURISDIÇÃO

CAPÍTULO 4. JURISDIÇÃO	111
4.1. Separação de poderes e jurisdição	111
4.2. A evolução até a solução jurisdicional dos conflitos	112
4.3. Conceito e características essenciais	114
4.3.1. Atividade sancionatória e não sancionatória	114
4.3.2. A identificação das normas jurídicas (lei, valor e fato)	115
4.3.3. Jurisdição e Administração Pública	115
4.3.4. Substitutividade (imparcialidade essencial)	115
4.3.5. Imperatividade	116
4.3.6. Imutabilidade (reserva de sentença)	116
4.3.7. Inafastabilidade	117
4.3.8. Indelegabilidade	117
4.3.9. Inércia	117
4.3.10. Conceito-síntese	117
4.4. Divisão da jurisdição	118
4.4.1. Comum e especial	118
4.4.2. Civil e penal	118
4.4.3. Contenciosa e voluntária	118
4.4.4. Interna e externa	120
4.5. Métodos extrajudiciais de solução de conflitos	120
4.5.1. Autotutela	121
4.5.2. Autocomposição	121
4.5.3. Mediação e conciliação	122
4.5.4. Arbitragem	123
4.5.5. O processo administrativo	124
4.6. Limites da jurisdição	125
4.6.1. Limites internos	125
4.6.2. A coexistência do Estado na ordem internacional – Os tribunais supranacionais	126
4.6.3. Limites externos pessoais (“imunidades”)	126
4.6.4. Limites externos objetivos (a “competência” internacional)	126
4.6.4.1. “Competência” exclusiva	127
4.6.4.2. “Competência” concorrente	128
4.6.4.3. Convenção de foro internacional	128
4.6.4.4. A litispendência internacional	128
4.7. A jurisdição no Estado contemporâneo	129
CAPÍTULO 5. PODER JUDICIÁRIO: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	145
5.1. Judiciário e função jurisdicional	146
5.2. Organização judiciária e Constituição Federal	146

5.3.	Organização judiciária e Constituições Estaduais.....	147
5.4.	Órgãos do Poder Judiciário	147
5.5.	O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Superior Tribunal de Justiça	148
5.6.	Tribunais Regionais Federais e juízes federais	148
5.7.	Justiças especiais.....	149
5.7.1.	Justiça do Trabalho	149
5.7.2.	Justiça Eleitoral.....	150
5.7.3.	Justiça Militar.....	150
5.8.	Tribunais e juízes dos Estados	151
CAPÍTULO 6. COMPETÊNCIA.....		159
6.1.	Conceito	159
6.2.	Crítérios para a determinação da competência	160
6.2.1.	Fontes normativas da competência.....	160
6.3.	A importância dos critérios.....	161
6.4.	Utilização dos critérios	161
6.5.	Crítério territorial	162
6.6.	Crítério funcional	166
6.7.	Crítérios objetivos.....	167
6.7.1.	Valor.....	167
6.7.2.	Matéria.....	168
6.7.3.	Pessoa (<i>ratione personae</i>)	169
6.8.	Competência relativa – Regime jurídico – Formas de impugnação	169
6.9.	Competência absoluta – Regime jurídico – Formas de impugnação.....	170
6.10.	Causas modificativas da competência.....	171
6.11.	Conexão e continência.....	171
6.12.	Prevenção.....	172
6.13.	Roteiro prático para a definição da competência	173
6.14.	Competência-competência	174
6.15.	Instrumentos de controle da competência	175
6.16.	Perpetuação da jurisdição	175
CAPÍTULO 7. COOPERAÇÃO JURISDICIONAL.....		193
7.1.	Cooperação internacional	193
7.1.1.	Noções gerais	193
7.1.2.	Princípios.....	194
7.1.3.	Requisitos	194
7.1.4.	Objeto da cooperação jurídica internacional	195
7.1.5.	Auxílio direto.....	195
7.1.6.	Carta rogatória	196

7.2.	Cooperação nacional	197
7.2.1.	Noções gerais	197
7.2.2.	Modalidades.....	198

PARTE III

AÇÃO E DEFESA

CAPÍTULO 8.	DIREITO DE AÇÃO: NATUREZA E CONCEITO	207
8.1.	Noção preliminar	207
8.2.	Teorias sobre o direito de ação	208
8.2.1.	Teoria imanentista ou civilista	208
8.2.2.	A polêmica Windscheid x Muther e o reconhecimento da independência da ação	209
8.2.3.	A teoria da ação autônoma e concreta.....	209
8.2.4.	A teoria da ação como direito potestativo	210
8.2.5.	A teoria da ação como direito abstrato.....	210
8.2.6.	A teoria eclética da ação: ação abstrata e condicionada	211
8.2.7.	A concepção tradicionalmente adotada pelo direito positivo brasileiro.....	212
8.3.	O exame crítico das diversas teorias	213
8.3.1.	A insuficiência de cada teoria – A escalada de posições jurídicas ...	213
8.3.2.	A extensão do art. 5.º, XXXV, da CF.....	214
8.4.	Conceito analítico de ação	214
CAPÍTULO 9.	ELEMENTOS DA AÇÃO	221
9.1.	Elementos identificadores da ação	221
9.2.	As partes	223
9.3.	O pedido	223
9.4.	A causa de pedir	224
CAPÍTULO 10.	CONDIÇÕES DA AÇÃO	231
10.1.	Noções gerais.....	231
10.1.1.	A matriz constitucional do direito de ação.....	231
10.1.2.	A regulação processual do exercício da ação.....	232
10.1.3.	O sistema adotado pelo processo civil brasileiro.....	232
10.2.	Interesse processual.....	233
10.2.1.	Necessidade, utilidade e adequação	233
10.2.2.	Interesse processual e possibilidade jurídica do pedido.....	234
10.2.3.	Síntese.....	235
10.3.	Legitimidade das partes (legitimidade para a causa).....	235
10.3.1.	Legitimação ordinária	235

10.3.2.	Legitimação extraordinária (substituição processual e legitimidade extraordinária em sentido estrito)	236
10.3.3.	Síntese.....	237
10.4.	Exame crítico da teoria das condições da ação	237
10.4.1.	Limitação das condições da ação a aspectos propriamente processuais	237
10.4.2.	A condição da ação não é necessariamente aferida pela mera asserção do autor	238
10.4.3.	Conclusão	239
CAPÍTULO 11.	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	251
11.1.	Noções gerais	251
11.2.	Classificação quanto ao tipo de providência jurisdicional pedida pelo autor	251
11.3.	Classificação das ações segundo a tutela requerida pelo autor no processo de conhecimento.....	252
11.3.1.	Ações declaratórias	252
11.3.2.	Ações constitutivas	253
11.3.3.	Ações condenatórias	254
11.3.4.	Ações mandamentais	255
11.3.5.	Ações executivas <i>lato sensu</i>	256
11.4.	Pluralidade de ações em um mesmo processo	257
CAPÍTULO 12.	EXCEÇÃO (DEFESA DO RÉU)	265
12.1.	Bilateralidade da ação e do processo	265
12.2.	Conceito de exceção	266
12.3.	Características da exceção	267
12.4.	Natureza da exceção	267
12.4.1.	A exceção não é ação.....	267
12.4.2.	A defesa não é dever, mas direito e ônus.....	268
12.5.	Classificação das defesas	269
12.5.1.	Defesas materiais e defesas processuais	269
12.5.2.	Defesas dilatórias e peremptórias.....	269
12.5.3.	Defesas materiais diretas e defesas materiais indiretas.....	270
12.5.4.	Exceções em sentido estrito e objeções.....	270
PARTE IV		
PROCESSO		
CAPÍTULO 13.	PROCESSO: CONCEITO E NATUREZA	281
13.1.	Procedimento.....	281
13.2.	Processo	282
13.3.	Processo jurisdicional.....	282
13.4.	Relação jurídica processual.....	282

CAPÍTULO 14. PROCESSO E PROCEDIMENTO E SUAS RESPECTIVAS MODALIDADES.....	291
14.1. A distinção entre processo e procedimento	291
14.2. A importância da distinção	293
14.3. As modalidades de tutela e os tipos de processo	295
14.3.1. Processo com fase principal de conhecimento (processo “sincrético”)	296
14.3.2. Processo de execução	298
14.3.3. A eventual autonomia da fase urgente	299
14.4. Tipos de procedimento	300
14.4.1. Procedimento comum.....	300
14.4.2. Procedimentos Especiais.....	301
14.5. A plasticidade do procedimento	302
14.5.1. Alteração por convenção das partes	302
14.5.2. Adaptação pelo juiz: a flexibilidade do procedimento	302
CAPÍTULO 15. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	317
15.1. Noções gerais.....	317
15.2. Pressupostos processuais de existência.....	318
15.2.1. Presença do autor (petição inicial)	318
15.2.2. Jurisdição	319
15.2.3. Presença (possibilidade de participação) do réu (“citação”).....	319
15.3. Pressupostos processuais de validade positivos	320
15.3.1. Petição inicial apta	320
15.3.2. Órgão jurisdicional competente e juiz imparcial	321
15.3.3. Capacidade de ser parte e capacidade de estar em juízo	322
15.4. Pressupostos processuais de validade negativos	323
15.4.1. Litispendência.....	323
15.4.2. Coisa julgada	323
15.5. Regime jurídico.....	324
15.6. A relevância da distinção entre pressupostos de existência e de validade.....	324
15.7. Os pressupostos de admissibilidade da tutela jurisdicional.....	325
15.8. Hipóteses que não constituem pressuposto processual	325
15.8.1. Convenção de arbitragem	325
15.8.2. Perempção	326
15.8.3. Capacidade postulatória: apenas reflexamente é pressuposto de existência	327
CAPÍTULO 16. PARTES, CAPACIDADE PROCESSUAL, REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA.....	335
16.1. Partes – Conceito	335
16.1.1. O momento da definição das partes	335
16.1.2. Parte e legitimidade para a causa	336

16.2.	Capacidade de ser parte	336
16.3.	Capacidade de estar em juízo.....	336
16.4.	Representação e assistência.....	337
16.5.	Capacidade como pressuposto processual	338
16.6.	Capacidade postulatória	339
CAPÍTULO 17. SUCESSÃO PROCESSUAL		349
17.1.	Noções gerais.....	349
17.2.	Sucessão das partes	349
17.3.	Sucessão x substituição.....	350
17.4.	O regramento da sucessão <i>inter vivos</i>	350
17.5.	Sucessão processual <i>causa mortis</i>	351
17.6.	Sucessão dos procuradores (advogados).....	352
CAPÍTULO 18. LITISCONSÓRCIO.....		359
18.1.	Conceito	359
18.2.	Justificativa	360
18.3.	Tipos de litisconsórcio, segundo diferentes modos de classificação	360
18.3.1.	Quanto à cumulação de sujeitos do processo	360
18.3.2.	Quanto ao tempo de sua formação	360
18.3.3.	Quanto à sua obrigatoriedade.....	361
18.3.4.	Quanto ao tratamento recebido pelos litisconsortes (ou quanto à natureza jurídica da situação material subjacente)	361
18.4.	Litisconsórcio facultativo.....	362
18.4.1.	Litisconsórcio facultativo simples e unitário	363
18.4.2.	Hipóteses em que se pode formar o litisconsórcio (facultativo)	364
18.4.3.	A quem cabe a escolha pelo litisconsórcio	364
18.5.	Litisconsórcio necessário	365
18.5.1.	Hipóteses de necessidade	365
18.5.2.	Litisconsórcio necessário unitário e simples.....	366
18.6.	Consequências da não formação de litisconsórcio necessário	367
18.7.	Regime jurídico do litisconsórcio	368
18.8.	Limitação do número de litisconsortes facultativos.....	369
CAPÍTULO 19. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS		379
19.1.	Noções gerais.....	380
19.2.	Definição de terceiro	380
19.3.	Justificativa da intervenção de terceiro em processo pendente.....	380
19.4.	As espécies de intervenção de terceiros: classificação	381
19.4.1.	Intervenção espontânea e intervenção provocada	382
19.4.2.	Classificação conforme a posição jurídica assumida pelo terceiro ..	382
19.4.3.	Classificação conforme a ocorrência de ampliação do objeto do processo	382

19.5.	Assistência	383
19.5.1.	Assistência simples	383
19.5.1.1.	Os poderes do assistente simples.....	384
19.5.1.2.	A eficácia da assistência simples (“resultado da intervenção”)	385
19.5.2.	Assistência litisconsorcial	386
19.5.2.1.	Os poderes do assistente litisconsorcial.....	387
19.5.2.2.	Submissão à coisa julgada.....	388
19.5.3.	Cabimento formal.....	388
19.5.4.	Momento	388
19.5.5.	Processamento da assistência.....	389
19.6.	Denúnciação da lide.....	389
19.6.1.	Noção e finalidades.....	389
19.6.2.	Exemplos	390
19.6.3.	Estrutura – Posições processuais	391
19.6.4.	Hipóteses	391
19.6.4.1.	Evicção	391
19.6.4.2.	Demais hipóteses em que a lei ou contrato prevê direito de regresso	392
19.6.4.3.	A controvérsia quanto ao cabimento da denúnciação pela Administração Pública a seu agente	392
19.6.5.	Denúnciação sucessiva – Limites	393
19.6.6.	Inviabilidade de denúnciação “per saltum”	394
19.6.7.	Iniciativa	394
19.6.8.	Sede para a denúnciação	394
19.6.9.	Momento e via da denúnciação – Ônus de promover-se a citação	394
19.6.10.	Processamento e decisão final.....	395
19.7.	Chamamento ao processo	396
19.7.1.	Conceito	396
19.7.2.	Finalidade	397
19.7.3.	Sede para o chamamento	397
19.7.4.	Facultatividade: extensão do ônus	398
19.7.5.	Estrutura – Posições jurídicas.....	398
19.7.6.	Hipóteses	399
19.7.7.	Momento	399
19.7.8.	Processamento	399
19.7.9.	Efeitos e autoridade da sentença	400
19.8.	Incidente de desconconsideração de personalidade jurídica	400
19.8.1.	Noção e finalidades.....	400
19.8.2.	Intervenção provocada – Legitimidade para a provocação	402
19.8.3.	Objeto e natureza do incidente	402

19.8.4.	Posição jurídico-processual do interveniente	403
19.8.5.	Cabimento formal e momento de instauração do incidente	403
19.8.6.	Pleito de desconsideração formulado na inicial.....	403
19.8.7.	Processamento e efeitos	403
19.8.8.	A decisão do incidente	404
19.8.9.	Os embargos de terceiro como remédio para impor a observância do incidente	406
19.9.	<i>Amicus curiae</i>	407
19.9.1.	Noção e finalidades.....	407
19.9.2.	A regra geral e a previsão em normas esparsas.....	407
19.9.3.	Cabimento formal e momento da intervenção.....	408
19.9.4.	Pressupostos objetivos	408
19.9.5.	Pressupostos subjetivos	409
19.9.6.	Irrecorribilidade da decisão sobre o ingresso de <i>amicus curiae</i>	410
19.9.7.	Os poderes do <i>amicus curiae</i>	410
19.9.8.	Não atingimento pela coisa julgada	411
19.9.9.	Ausência de modificação de competência.....	411
19.10.	Outras hipóteses de intervenção de terceiros.....	411
CAPÍTULO 20.	JUIZ	439
20.1.	Noções gerais.....	439
20.2.	Poderes do juiz.....	442
20.2.1.	Poderes de polícia (ou “administrativos”)	442
20.2.2.	Poderes jurisdicionais.....	443
20.2.2.1.	Poderes ordinatórios (ou instrumentais).....	443
20.2.2.2.	Poderes instrutórios.....	443
20.2.2.3.	Poderes de urgência	443
20.2.2.4.	Poderes finais.....	444
20.3.	Deveres do juiz	444
20.4.	Responsabilidade do juiz	445
20.4.1.	Responsabilidade penal.....	445
20.4.2.	Responsabilidade administrativa	445
20.4.3.	Responsabilidade civil	446
20.5.	Impedimento e suspeição	447
20.5.1.	Causas de impedimento.....	447
20.5.2.	Causas de suspeição.....	448
CAPÍTULO 21.	AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	463
21.1.	Noções gerais.....	463
21.2.	Regime jurídico.....	464

CAPÍTULO 22. MINISTÉRIO PÚBLICO	471
22.1. Noções gerais	471
22.2. O Ministério Público como parte no processo civil individual	472
22.3. O Ministério Público como fiscal da lei	472
22.4. A atuação do Ministério Público como <i>custos legis</i> – Regras gerais.....	473
22.5. Estrutura do Ministério Público	474
22.6. Princípios.....	474
CAPÍTULO 23. ADVOCACIA.....	489
23.1. A essencialidade do advogado para a jurisdição	489
23.2. Poder de postulação	490
23.3. Mandato (procuração)	491
23.4. O órgão de classe: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	491
23.5. Os direitos, deveres e a responsabilidade do advogado.....	492
23.5.1. Direitos	492
23.5.2. Deveres	492
23.5.3. Responsabilidade	493
23.6. O regime único da advocacia privada e pública	493
23.7. Advocacia pública.....	493
23.7.1. Representação judicial das pessoas jurídicas de direito público	493
23.7.2. Intimação pessoal dos advogados públicos.....	494
23.7.3. Prazos em dobro para a Fazenda Pública	494
23.7.4. Responsabilidade civil dos advogados públicos.....	494
23.7.5. A responsabilização por violação dos deveres processuais.....	495
23.7.6. Honorários advocatícios	495
CAPÍTULO 24. DEFENSORIA PÚBLICA	505
24.1. Noções gerais.....	505
24.2. Atribuições.....	506
24.3. Responsabilidade	507
24.4. Prazos	507
24.5. Intimação	508
CAPÍTULO 25. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	515
25.1. Formação do processo	515
25.2. Suspensão do processo.....	516
25.2.1. Noções gerais. Distinção de outras figuras.....	516
25.2.2. Regime jurídico do processo durante a suspensão	517
25.2.3. Hipóteses de suspensão previstas no art. 313	518
25.2.3.1. Morte da parte	518
25.2.3.2. Perda da capacidade processual da parte	519

25.2.3.3.	Extinção de pessoa jurídica: suspensão apenas em hipóteses específicas	519
25.2.3.4.	Morte ou perda da capacidade do representante ou do procurador de qualquer das partes	520
25.2.3.5.	Convenção das partes	521
25.2.3.6.	Arguição de impedimento e suspeição do juiz.....	522
25.2.3.7.	Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) ou de julgamento de recursos especiais ou extraordinários repetitivos	523
25.2.3.8.	Questão prejudicial objeto de outro processo civil (prejudicialidade externa).....	524
25.2.3.9.	Fatos ou provas.....	525
25.2.3.10.	Motivo de força maior	526
25.2.3.11.	Discussão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo	526
25.2.3.12.	Fato delituoso (prejudicialidade externa penal).....	527
25.2.3.13.	Parto ou adoção	528
25.2.3.14.	Outros casos de suspensão	528
25.3.	Extinção do processo	529

PARTE V

ATOS PROCESSUAIS

CAPÍTULO 26.	ATOS PROCESSUAIS.....	543
26.1.	Conceito e espécies	543
26.1.1.	Panorama dos fatos e atos jurídicos em geral.....	544
26.1.2.	O enquadramento dos atos processuais	545
26.1.3.	Conceito de ato processual em sentido estrito	545
26.2.	Forma – O princípio da instrumentalidade.....	546
26.3.	O emprego da língua portuguesa	547
26.4.	Atos processuais por meio eletrônico	548
26.4.1.	O atual panorama.....	548
26.4.2.	O alcance da Lei 11.419/2006.....	549
26.4.3.	Regras aplicáveis aos processos que atualmente tramitam por meio físico	550
26.4.4.	Regras aplicáveis aos processos eletrônicos	552
26.5.	Publicidade	554
26.6.	Classificação dos atos dos sujeitos processuais.....	555
26.7.	Atos das partes	555
26.8.	Atos do juiz.....	558
26.8.1.	Sentença.....	559

26.8.2.	Decisão interlocutória.....	561
26.8.3.	Despachos.....	562
26.9.	Atos do escrivão ou chefe de secretaria.....	562
26.9.1.	Atos materiais	562
26.9.2.	Atos ordinatórios	563
26.10.	Atos de terceiros.....	564
CAPÍTULO 27.	NEGÓCIOS PROCESSUAIS	579
27.1.	Conceito	579
27.2.	A possibilidade de negócios processuais atípicos.....	580
27.3.	Pressupostos dos negócios processuais.....	581
27.3.1.	Pressupostos subjetivos	582
27.3.2.	Pressuposto objetivo geral	582
27.3.3.	Pressupostos objetivos específicos.....	583
27.4.	Vedação ao abuso	583
27.5.	O controle pelo juiz	584
27.5.1.	Objeto do controle	584
27.5.2.	Recorribilidade	584
27.6.	Modalidades de negócios processuais e seus requisitos específicos.....	585
27.6.1.	Pactos meramente procedimentais	585
27.6.1.1.	Um primeiro exemplo: convenção de calendário processual	586
27.6.1.2.	Segundo exemplo: cláusula de eleição de foro.....	586
27.6.1.3.	Negócios procedimentais atípicos	587
27.6.2.	Negócios jurídicos com objeto processual em sentido estrito	587
27.6.3.	Convenções sobre o objeto da cognição judicial e o meio de prova... ..	587
27.6.3.1.	A delimitação consensual como ato de verdade.....	588
27.6.3.2.	A delimitação consensual como ato de vontade	589
27.6.3.3.	Os pactos sobre meio de prova	590
27.6.3.4.	A coexistência das duas modalidades da definição consensual.....	590
27.6.3.5.	Diferentes graus de vinculação da jurisdição, num caso e em outro.....	591
CAPÍTULO 28.	A INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.....	601
28.1.	Planos da existência jurídica, da validade e da eficácia.....	601
28.2.	O critério para a classificação das invalidades processuais	602
28.2.1.	O objetivo da teoria das invalidades processuais	603
28.2.2.	A sanabilidade dos atos processuais.....	603
28.2.3.	As modalidades de saneamento do ato processual: convalidação, irrelevância e suprimimento	604
28.2.4.	O critério de classificação das nulidades à luz das modalidades de saneamento	604

28.3.	Espécies	606
28.3.1.	Mera irregularidade	606
28.3.2.	Nulidade relativa.....	606
28.3.3.	Nulidade absoluta	606
28.3.4.	Inexistência jurídica	607
28.3.5.	Ressalvas terminológicas	608
28.4.	Diretrizes a respeito da invalidade dos atos processuais	609
CAPÍTULO 29. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....		623
29.1.	Citação	623
29.1.1.	Conceito	623
29.1.2.	Efeitos da citação	624
29.1.2.1.	Induz litispendência	624
29.1.2.2.	Torna litigiosa a coisa	624
29.1.2.3.	Constitui em mora.....	625
29.1.3.	A interrupção do prazo da prescrição	625
29.1.4.	O comparecimento espontâneo do réu	626
29.1.5.	Hipótese especial de comunicação do processo ao réu	626
29.1.6.	A personalidade	628
29.1.7.	Local onde se realiza a citação	628
29.1.8.	Circunstâncias em que a citação não se realiza	629
29.1.9.	Classificação	630
29.1.9.1.	Citação real.....	630
29.1.9.1.1.	Citação pelo correio	630
29.1.9.1.2.	Citação por oficial de justiça.....	630
29.1.9.1.3.	Citação pelo escrivão ou chefe da secretaria	631
29.1.9.1.4.	Citação por meio eletrônico.....	631
29.1.9.2.	Citação ficta.....	632
29.1.9.2.1.	Citação por edital	633
29.1.9.2.2.	Citação com hora certa	634
29.1.10.	Nulidades.....	634
29.2.	Intimação.....	635
29.2.1.	Conceito	635
29.2.2.	Destinatário da intimação	635
29.2.3.	Modo.....	636
29.2.3.1.	Intimação eletrônica	636
29.2.3.2.	Intimação pela imprensa oficial	637
29.2.3.3.	Intimação mediante carga dos autos.....	637
29.2.3.4.	Intimação em audiência.....	638
29.2.3.5.	Intimação por oficial de justiça.....	638

29.2.3.6. Intimação pelo correio.....	638
29.2.3.7. Intimação por hora certa ou edital.....	638
29.2.3.8. Intimação pelo advogado da parte	639
29.3. Nulidades.....	639
CAPÍTULO 30. PRAZOS PROCESSUAIS.....	651
30.1. Devido processo legal, procedimento e prazo	651
30.2. Prazos processuais	652
30.3. Unidades de contagem dos prazos	653
30.4. Prazos legais, prazos judiciais e prazos convencionais	653
30.5. Prazos dilatórios e prazos peremptórios	654
30.6. Prazos próprios e prazos impróprios	655
30.7. Regras gerais quanto à contagem dos prazos	656
30.7.1. Definição do termo inicial do prazo para a prática de atos pelo advogado.....	656
30.7.2. Termo inicial quando há litisconsórcio	657
30.7.3. Termo inicial para a prática de atos pela parte ou de terceiro.....	657
30.7.4. Ausência de “prematuridade” do ato processual.....	658
30.7.5. Exclusão do dia do início e inclusão do dia do fim	658
30.7.6. Início da contagem apenas em dia útil.....	658
30.7.7. Dia com horário de expediente forense anormal ou com indisponibilidade da comunicação eletrônica.....	658
30.7.8. Cômputo apenas dos dias úteis, nos prazos em dia	658
30.7.9. Termo final apenas em dia útil – Prorrogação para o primeiro dia útil subsequente.....	658
30.7.10. Hipóteses de prazo em dobro.....	659
30.7.11. Suspensão e interrupção de prazo.....	659
CAPÍTULO 31. PRECLUSÃO.....	669
31.1. Noções gerais.....	669
31.2. Espécies de preclusão	670
31.2.1. Preclusão temporal	670
31.2.2. Preclusão consumativa	670
31.2.3. Preclusão lógica	671
31.3. Preclusão e poderes do juiz.....	671
CAPÍTULO 32. CARTAS	679
32.1. Noções gerais.....	679
32.2. Espécies	680
32.3. Requisitos	681
32.4. Prazo	681
32.5. Intimação	681

32.6. Caráter “itinerante”	682
32.7. Modo de expedição	682
32.8. Cumprimento	682
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES	687